



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2010



*25 anos. Uma história de
Dedicação e Trabalho*

Palavra da Diretoria

A Diretoria Executiva da BASES tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual do exercício de 2010.

Mais do que uma obrigação, o objetivo deste relatório é mostrar realizações e desempenhos da nossa Entidade, os quais comprovam a integridade patrimonial e financeira perante nossos compromissos.

Os resultados de 2010 apresentados neste relatório comprovam que as estratégias e o modelo de gestão adotados pelos dirigentes da BASES estão no caminho certo.

Para 2011, a Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal continuarão trabalhando para garantir as melhores práticas de gestão da nossa Entidade.

A BASES completará 25 anos em maio de 2011. Vinte e cinco anos de transparência, solidez, adequação aos princípios de governança e muito respeito aos seus participantes.

Convidamos você para uma participação mais efetiva no acompanhamento dessa trajetória que nos levará ao nosso objetivo: uma aposentadoria tranquila.

Ednaldo Moitinho Alves
Presidente e Diretor de Seguridade

Erenaldo de Sousa Brito
Diretor Administrativo e Financeiro

1. Gestão de Participantes

A BASES encerrou o exercício de 2010 com 931 participantes entre ativos, autopatrocinados, funcionários da BASES e icfebianos e com a responsabilidade pelo pagamento de 1.363 benefícios mensais de aposentadoria e pensão.

ATIVOS	PL. BÁSICO	PL. MISTO
BASES	-	18
Banco Alvorada *	140	718
Baneb C. de Seguros	-	-
Icfebianos	10	-
Autopatrocinados	12	33
TOTAL	162	769

ASSISTIDOS	PL. BÁSICO	PL. MISTO
Tempo de Serviço	595	33
Idade	10	-
Invalidez	347	135
Pré-Invalidez	-	52
Pensão	178	13
TOTAL	1.130	233

* Os participantes vinculados ao Banco Alvorada, nesta planilha, são os empregados do extinto Banco do Estado da Bahia S.A (Baneb)

O total de **CONTRIBUIÇÕES** recebidas pela BASES em 2010 foi R\$ 5.275.907. Os **PARTICIPANTES** foram responsáveis por quase 70% delas, R\$ 3.508.453,25. A parte **PATRONAL** arcou com R\$ 1.767.454,22. Abaixo, as tabelas demonstram a divisão das contribuições.

PARTICIPANTES	PL. BÁSICO	PL. MISTO
Ativos	215.376,81	1.608.173,78
Autopatronados	30.536,94	99.536,47
Assistidos	1.554.829,25	0,00
TOTAL	1.800.743,00	1.707.710,25

PATRONAL	PL. BÁSICO	PL. MISTO
BASES	0,00	11.571,90
Banco Alvorada	565.038,09	1.190.844,23
Baneb C. de Seguros	0,00	0,00
TOTAL	565.038,09	1.202.416,13

As **DESPESAS PREVIDENCIAIS** com a folha de benefícios no ano de 2010 foram de R\$ 36.445.533,86. A folha do **Plano Básico** totalizou R\$ R\$ 33.116.357,29 e a folha do **Plano Misto**, R\$ R\$ 3.329.176,57. A seguir, os quadros com a comparação entre os anos de 2009 e 2010.

PLANO BÁSICO	TIPO	2009 VALOR (R\$ mil)	2010 VALOR (R\$ mil)
	Tempo de Serviço	21.784.410,60	23.508.920,96
Idade	129.880,16	114.168,17	
Invalidez	5.071.058,40	5.535.633,93	
Pensão	3.541.292,76	3.957.634,23	
TOTAL	30.526.641,92	33.116.357,29	

PLANO MISTO	TIPO	2009 VALOR (R\$ mil)	2010 VALOR (R\$ mil)
	Tempo de Serviço	397.373,98	523.669,06
Invalidez	1.949.929,18	2.015.292,41	
Pré-Invalidez	657.014,70	561.542,69	
Pensão	211.198,72	228.672,41	
TOTAL	3.215.516,58	3.329.176,57	

2. Gestão de Investimentos

Os ativos da BASES estão distribuídos entre Renda Fixa, Renda Variável, Imóveis e Empréstimo a participantes. No quadro abaixo encontra-se o resumo do **DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS** consolidado, comparando os anos de 2009 e 2010, com o valor total dos investimentos e valor por segmento de aplicação.

CONSOLIDADO SEGMENTO	2º SEMESTRE - 2009		CONSOLIDADO SEGMENTO	2º SEMESTRE - 2010	
	R\$	ALOCAÇÃO		R\$	ALOCAÇÃO
Renda Fixa	602.470.469	86,02%	Renda Fixa	618.184.434	86,24%
Cotas de Renda Variável	53.210.444	7,60%	Cotas de Renda Variável	55.163.769	7,70%
R. Variável/Carteira Própria	1.860.002	0,27%	R. Variável/Carteira Própria	1.863.332	0,26%
Imóveis	30.714.206	4,39%	Imóveis	29.797.483	4,16%
Empréstimo	12.160.608	1,74%	Empréstimo	11.781.093	1,64%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	700.415.729	100,00%	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	716.790.112	100,00%

As cotas de renda variável dos fundos de investimentos fazem parte da carteira de renda fixa da BASES.

► Alocação de recursos por Plano de Benefícios

SEGMENTOS	2º SEMESTRE - 2009		2º SEMESTRE - 2010	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
Renda Fixa	433.673.834	86,63%	434.035.019	85,04%
Cotas de R.Variável	36.838.713	7,36%	38.565.380	7,56%
Renda Variável/C.Própria	1.334.726	0,27%	1.337.131	0,26%
Imóveis	22.040.323	4,40%	29.797.483	5,84%
Empréstimo	6.734.770	1,35%	6.680.599	1,31%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	500.622.366	100,00%	510.415.612	100,00%

SEGMENTOS	2º SEMESTRE - 2009		2º SEMESTRE - 2010	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
Renda Fixa	168.796.635	84,49%	184.149.416	89,23%
Cotas de R.Variável	16.371.731	8,19%	16.598.389	8,04%
Renda Variável/C.Própria	525.276	0,26%	526.201	0,25%
Imóveis	8.673.883	4,34%	-	0,00%
Empréstimo	5.425.838	2,72%	5.100.494	2,47%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	199.793.363	100,00%	206.374.500	100,00%

► Listagem dos Ativos

	2º SEMESTRE - 2009		2º SEMESTRE - 2010	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
Conta corrente - Banco Bradesco/CEF	365.150	0,05%	374.641	0,05%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB BD	457.752.237	65,35%	448.282.718	62,54%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB II CD	175.555.196	25,06%	200.565.735	27,98%
CDB Caixa Econômica Federal	22.008.329	3,14%	24.125.110	3,37%
Carteira própria de ações	1.860.002	0,27%	1.863.332	0,26%
Imóveis	30.714.206	4,39%	29.797.483	4,16%
Empréstimo	12.160.608	1,74%	11.781.093	1,64%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	700.415.729	100,00%	716.790.112	100,00%

► Gestão terceirizada

	2º SEMESTRE - 2009		2º SEMESTRE - 2010	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
Bradesco FI RENDA FIXA FEB	457.752.237	72,28%	448.282.718	69,09%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB II CD	175.555.196	27,72%	200.565.735	30,91%
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA	633.307.433	90,42%	648.848.452	90,52%

► Quadro comparativo da rentabilidade dos segmentos

RENTABILIDADE	2º SEMESTRE	
	2009	2010
Renda Fixa	6,28%	6,21%
Renda Variável	1,68%	27,32%
Imóveis	3,61%	3,78%
Empréstimo	7,29%	7,84%
CDI	4,31%	5,24%
IBVSP	33,28%	13,74%
TOTAL PL. BÁSICO	9,74%	5,78%
Meta Atuarial (INPC+5% a.a.)	4,34%	5,50%

RENTABILIDADE	2º SEMESTRE	
	2009	2010
Renda Fixa	6,28%	6,21%
Renda Variável	1,68%	27,32%
Imóveis	3,61%	3,78%
Empréstimo	7,29%	7,84%
CDI	4,31%	5,24%
IBVSP	33,28%	13,74%
TOTAL PL. MISTO	9,88%	5,79%
Meta Atuarial (IGPM+5% a.a.)	4,34%	7,91%

No quadro abaixo encontra-se o **DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS** do Plano de Gestão Administrativa (PGA) O PGA é um fundo administrativo específico destinado à cobertura das despesas do plano de benefícios e à própria estabilidade e manutenção de sua gestão administrativa. Seus recursos estão alocados em investimentos de renda fixa.

PGA Segmento	2º SEMESTRE - 2010	
	R\$	Alocação
Renda Fixa	9.374.534	100,00%
Total dos Investimentos	9.374.534	100,00%

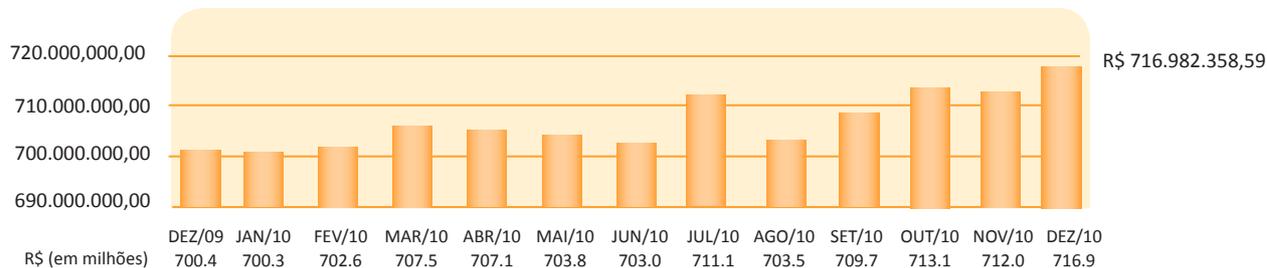
► Listagem dos Ativos

PGA	2º SEMESTRE - 2010	
	R\$	ALOCÇÃO
Conta corrente - Banco Bradesco S/A	50.895	0,54%
CDB - Banco Bradesco S/A	9.323.639	99,46%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	9.374.534	100,00%

► Rentabilidade

Segmento	2º SEMESTRE - 2010
Renda Fixa	5,57%
CDI	5,24%
IBVSP	13,74%
PGA	5,57%
Meta Atuarial (INPC+5% a.a.)	5,50%

Em 2010, o **EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS** os planos Básico e Misto apresentaram uma evolução de aproximadamente R\$ 16 milhões em relação a Dezembro de 2009.



Elaborada pelo Comitê de Investimentos da BASES com apoio da Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo, a **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** estabelece as diretrizes para a gestão dos recursos e limites quanto às estratégias das aplicações dos investimentos.

A aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos administrados pela BASES tem como objetivo a maximização da rentabilidade dos seus ativos na busca de constituir reservas suficientes para pagamento do seu passivo atuarial, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez.

A Política de Investimentos da BASES está publicada na íntegra no site da Entidade (www.fundacaobanep.com.br) desde dezembro de 2010.

Entidade Fechada de Previdência Complementar: Fundação Baneb de Seguridade Social - BASES

Período de Referência: 01/2011 a 12/2011

Ata do Conselho Deliberativo | Data de Aprovação: Ata n.º232 | 03/12/2010

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Erenaldo de Sousa Brito - Diretor Administrativo e Financeiro da Entidade.

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2011

PLANO BÁSICO - CNPB: 19.860.002-65

Meta Atuarial: Indexador - INPC | Taxa de Juros - 5,00%

PLANO MISTO - CNPB: 19.980.037-11

Meta Atuarial: Indexador - IGP-M | Taxa de Juros - 5,00%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Meta Atuarial: Indexador - INPC | Taxa de Juros - 5,00%

ALOCAÇÃO DE RECURSOS	MARGEM DE ALOCAÇÃO			OBSERVAÇÃO
	MÍNIMA	MÁXIMA	ALVO	
Renda Fixa	0,00%	100,00%	80,00%	Derivativos: Sim PIB (% ao ano) 5,2% PIB (R\$ bilhões valorizados) 3.608 Taxa de Inflação - IPCA/IBGE(% a.a.) 5,10% Taxa de Inflação - IGP-M(% a.a.) 4,60%
Renda Variável	0,00%	70,00%	20,00%	
Imóveis	0,00%	8,00%	8,00%	
Empréstimo e Financiamentos	0,00%	15,00%	5,00%	
Investimentos Estruturados	0,00%	20,00%	5,00%	
Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	5,00%	

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado | Risco de Liquidez | Risco de Contraparte | Risco Legal | Risco Operacional | Outros

No quadro abaixo, verifica-se o enquadramento dos limites e a **ADERÊNCIA** dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas com relação à **Política de Investimentos** para o ano de **2010**.

SEGMENTOS	RES. 3.792 LIMITES	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2010		BASES – dezembro / 2010	
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	R\$	%
Renda Fixa	100,00%	0,00%	100,00%	673.348.203,43	93,91
Renda Variável	70,00%	0,00%	70,00 %	1.863.332,40	0,26
Investimento Estrangeiro	20,00%	0,00%	20,00%	0,00	0,00
Investimento no Exterior	10,00%	0,00%	10,00%	0,00	0,00
Imóveis	8,00%	0,00%	8,00%	29.797.483,07	4,16
Empréstimo a Participantes *	15,00%	0,00%	15,00%	11.973.339,69	1,67
TOTAL				716.982.358,59	100,00

* Incluídas as provisões.

Abaixo, os **CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS**, conforme detalhamento, abrange gastos referentes à gestão de carteiras, taxas de performance, serviços de custódia, corretagens, consultorias, auditorias e outras despesas relevantes.

CUSTOS EXTERNOS	ANO 2010	
	TOTAL GERAL	MÉDIA MENSAL
TX ADMINISTRAÇÃO	R\$ 950.641,23	R\$ 79.220,10
PERFORMANCE	R\$ -	R\$ -
TX ANBID	R\$ 6.889,20	R\$ 574,10
TX CETIP	R\$ 16.603,90	R\$ 1.383,66
TX SELIC	R\$ 17.457,06	R\$ 1.454,76
AUDITORIA	R\$ 10.043,12	R\$ 836,93
CUSTÓDIA	R\$ -	R\$ -
ANDIMA	R\$ 128,90	R\$ 10,74
CPMF	R\$ -	R\$ -
DESP. BMF	R\$ 68.206,58	R\$ 5.683,88
EMOL / CORRET	R\$ 92.524,15	R\$ 7.710,35
SUBTOTAL EXTERNOS	R\$ 1.162.494,14	R\$ 96.874,51
TOTAL GERAL	R\$ 1.162.494,14	R\$ 96.874,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO DOS INVESTIMENTOS R\$	R\$ 707.612.264,16	
% CUSTO TRIMESTRAL TOTAL S/ PATRIMÔNIO	0,04%	

3. Gestão Contábil

O **BALANCETE CONTÁBIL** é o demonstrativo mensal que tem por finalidade apresentar a posição financeira, patrimonial e de resultados de cada plano de benefícios. A seguir, os balancetes sintéticos com base em dezembro de 2010.

Plano Básico

	(EM R\$ MIL)		(EM R\$ MIL)	
ATIVO	DEZEMBRO 2010	PASSIVO	DEZEMBRO 2010	
DISPONÍVEL	217.477,06	CONTAS A PAGAR	758.986,62	
REALIZÁVEL	514.060.948,22	CONTINGENCIAL	885.616,33	
Recursos a Receber	235.611,70	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	409.840.406,00	
Participação no Fundo do PGA	3.548.668,42	Benefícios Concedidos	385.609.092,00	
APLICAÇÕES	510.276.668,10	Benefícios a Conceder	24.231.314,00	
Renda Fixa	472.382.921,62	EQUILÍBRIO TÉCNICO	99.145.619,21	
CDB	17.312.038,72	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	99.145.619,21	
Fundos	455.070.882,90	Reserva de Contingência	99.145.619,21	
Renda Variável	1.337.131,35	Reserva para Revisão de Plano	0,00	
Imóveis	29.876.016,12	FUNDOS	3.647.797,12	
Empréstimos a Participantes	6.680.599,01	Administrativo Participação PGA	3.548.668,42	
		Investimentos - Empréstimos	99.128,70	
TOTAL DO ATIVO	514.278.425,28	TOTAL DO PASSIVO	514.278.425,28	

Abaixo, a **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**, que informa receitas e despesas reconhecidas durante o exercício, de forma a evidenciar o resultado líquido do Plano Básico.

	(EM R\$ MIL)
DESCRIÇÃO	DEZEMBRO 2010
(+) CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	(15.494,68)
(-) BENEFÍCIOS PAGOS	(2.648.175,73)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	5.275.450,63
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	2.611.780,22
(-) REPASSE PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(2.922,57)
(-) ATUALIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	5.924.954,11
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	4.650.734,76
(-) ATUALIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(13.199.223,05)
(=) DÉFICIT DO MÊS	(14.676,53)

► Balancete Sintético e Demonstração de Resultados do Plano Misto

	(Em R\$ MIL)		(Em R\$ MIL)
ATIVO	Dezembro 2010	PASSIVO	DEZEMBRO 2010
DISPONÍVEL	157.163,98	CONTAS A PAGAR	2.060.963,69
REALIZÁVEL	212.722.893,84	CONTINGENCIAL	402.964,36
Recursos a Receber	235.000,30	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	179.857.881,20
Participação no Fundo do PGA	6.270.557,93	Benefícios Concedidos	39.062.211,00
APLICAÇÕES	206.217.335,61	Benefícios a Conceder	140.795.670,20
Renda Fixa	200.590.640,77	EQUILÍBRIO TÉCNICO	23.680.866,31
CDB	6.813.071,35	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	23.680.866,31
Fundos	193.777.569,42	Reserva de Contingência	23.680.866,31
Renda Variável	526.201,05	FUNDOS	6.877.382,26
Empréstimos a Participantes	5.100.493,79	Previdencial	158.244,48
		Administrativo Participação PGA	6.270.557,93
		Investimentos - Empréstimos	448.579,85
TOTAL DO ATIVO	212.880.057,82	TOTAL DO PASSIVO	212.880.057,82

	(EM R\$ MIL)
DESCRIÇÃO	DEZEMBRO 2010
(+) CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	412.003,84
(-) BENEFÍCIOS PAGOS	(452.613,20)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	2.144.941,15
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	2.104.331,79
(-) REPASSE PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(37.684,39)
(-) ATUALIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	1.948.275,00
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(2.270,77)
(-) ATUALIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	596.535,53
(=) DÉFICIT DO MÊS	4.609.187,16

► Balancete Sintético do PGA

	(Em R\$ MIL)		(Em R\$ MIL)
ATIVO	DEZEMBRO 2010	PASSIVO	DEZEMBRO 2010
DISPONÍVEL	50.894,56	CONTAS A PAGAR	406.298,30
REALIZÁVEL	9.649.533,11	FUNDO	9.819.226,35
Recursos a Receber	325.893,75	ADMINISTRATIVO	
APLICAÇÕES	9.323.639,36		
Renda Fixa - CDB	9.323.639,36		
BENS DE USO PRÓPRIO	525.096,98		
TOTAL DO ATIVO	10.225.524,65	TOTAL DO PASSIVO	10.225.524,65

► Demonstração de Resultados do PGA

DESCRIÇÃO	(Em R\$ MIL)	
	DEZEMBRO 2010	
(+) RECEITAS	306.787,63	
(-) DESPESAS	(472.738,10)	
(+) RENDIMENTOS LÍQUIDOS DAS APLICAÇÕES	83.432,09	
(=) CONSTITUIÇÃO FUNDO	(82.518,38)	

O **BALANÇO PATRIMONIAL** é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, com base em 31 de dezembro de 2010, a posição patrimonial e financeira da Entidade. É constituído pelo ativo, que compreende o conjunto de bens e direitos da Fundação, e pelo passivo, que corresponde as obrigações da BASES.

ATIVO	(Em R\$ MIL)		PASSIVO	(Em R\$ MIL)	
	Exercício 2010	Exercício 2009		Exercício 2010	Exercício 2009
Disponível	426	365	Exigível Operacional	3.226	2.829
Realizável	726.614	700.444	Gestão Previdencial	2.819	2.703
Gestão Previdencial	471	368	Gestão Administrativa	406	123
Gestão Administrativa	326	23	Investimentos	1	3
Investimentos	725.817	700.053	Exigível Contingencial	1.289	887
Créditos Privados e Depósitos	33.449	22.008	Gestão Previdencial	1.289	887
Ações	1.863	1.860	Patrimônio Social	723.050	697.228
Fundos de Investimentos	648.848	633.308	Patrimônio de Cobertura do Plano	712.525	697.228
Investimentos Imobiliários	29.876	30.714	Provisões Matemáticas	589.698	560.743
Empréstimos	11.781	12.163	Benefícios Concedidos	424.671	406.284
Permanente	525	135	Benefícios a Conceder	165.027	154.459
Imobilizado	525	135	Equilíbrio Técnico	122.827	127.128
			Resultados Realizados	122.827	127.128
			Superávit Técnico Acumulado	122.827	127.128
			Fundos	10.525	9.357
			Fundos Previdenciais	158	145
			Fundos Administrativos	9.819	8.638
			Fundos de Investimentos	548	574
Total do Ativo	727.565	700.944	Total do Passivo	727.565	700.944

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A **DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)** destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, no exercício a que se referir, e discrimina: saldos dos grupos de contas do ativo; saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial); e saldos dos grupos de contas do patrimônio social.

DAL	Plano Básico			Plano Misto		
	(Em R\$ MIL)			(Em R\$ MIL)		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO
1. Ativos	514.279	500.898	2,67	212.880	200.046	6,42
Disponível	217	262	- 17,18	157	103	52,43
Recebível	3.785	178	2.026,40	6.506	213	2.954,46
Investimento	510.277	500.361	1,98	206.217	199.692	3,27
Créditos Privados e Depósitos	17.312	15.793	9,62	6.813	6.215	9,62
Ações	33.449	1.335	0,15	526	525	0,19
Fundos de Investimento	455.071	454.457	0,14	193.778	178.850	8,35
Investimentos Imobiliários	29.876	22.040	35,55	0	8.674	- 100,00
Empréstimos	6.681	6.736	- 0,82	5.100	5.428	- 6,04
Permanente	0	97	- 100,00	0	38	- 100,00
2. Obrigações	1.645	1.636	0,55	2.464	2.079	18,52
Operacional	759	749	1,34	2.061	2.079	- 0,87
Contingencial	886	887	- 0,11	403	0	100,00
3. Fundos não Previdenciais	3.648	3.266	11,70	6.719	5.947	12,98
Fundos Administrativos	3.549	3.122	13,68	6.270	5.517	13,65
Fundos dos Investimentos	99	144	- 31,25	449	430	4,42
5. Ativo Líquido (1-2-3)	508.986	495	2,62	203.697	192.020	6,08
Provisões Matemáticas	409.840	387.494	5,77	179.858	173.249	3,81
Superávit/Déficit Técnico	99.146	108.502	- 8,62	23.681	18.626	27,14
Fundos Previdenciais				158	145	8,97

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)** por plano de benefícios destina-se à evidência das alterações do ativo líquido do plano de benefícios, no exercício a que se referir, e discrimina o saldo do ativo líquido no início do exercício; adições do ativo líquido; deduções do ativo líquido; acréscimos e decréscimos no ativo líquido e constituições de fundos administrativos e de investimentos.

DMAL - Plano Básico

(Em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	495.996	442.452	12,10
1. Adições	47.546	85.367	(44,30)
(+) Contribuições	3.020	2.963	1,92
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	44.526	82.404	(45,97)
2. Destinações	34.556	31.823	8,59
(-) Benefícios	33.585	31.335	7,18
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	595	46	1.193,48
(-) Custeio Administrativo	376	442	(14,93)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.990	53.544	(75,74)
(+/-) Provisões Matemáticas	22.346	56.823	(60,67)
(+/-) Fundos Previdenciais	0	- 10.745	(100,00)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	- 9.356	7.466	(225,31)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	508.986	495.996	2,62
C) Fundos não previdenciais	3.648	3.266	11,70
(+/-) Fundos Administrativos	3.549	3.122	13,68
(+/-) Fundos dos Investimentos	99	144	(31,25)

DMAL - Plano Misto

(Em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	192.020	164.810	16,51
1. Adições	21.057	34.548	(39,05)
(+) Contribuições	3.284	3.034	8,24
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.773	31.514	(43,60)
2. Destinações	9.380	7.338	27,83
(-) Benefícios	8.527	6.884	23,87
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	403	0	
(-) Custeio Administrativo	450	454	(0,88)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	11.677	27.210	(57,09)
(+/-) Provisões Matemáticas	6.609	51.865	(87,26)
(+/-) Fundos Previdenciais	13	- 22.737	100,06
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	5.055	- 1.918	363,56
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	203.697	192.020	6,08
C) Fundos não previdenciais	6.720	5.946	13,02
(+/-) Fundos Administrativos	6.271	5.516	13,69
(+/-) Fundos dos Investimentos	449	430	4,42

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

► Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada

(Em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	688.016	607.262	13,30
1. Adições	71.807	122.394	(41,33)
(+) Contribuições	5.478	5.101	7,39
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	62.300	113.918	(45,31)
(+) Receitas Administrativas	3.277	1.952	67,88
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	752	1.423	(47,15)
2. Destinações	47.140	41.640	13,21
(-) Benefícios	42.113	38.218	10,19
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	998	46	2.069,57
(-) Custeio Administrativo	2.848	2.380	19,66
(-) Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	1.181	996	18,57
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	24.667	80.754	(69,45)
(+/-) Provisões Matemáticas	28.955	108.688	(73,36)
(+/-) Fundos Previdenciais	13	- 33.482	(100,04)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	- 4.301	5.548	(177,52)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	712.683	688.016	3,59
C) Fundos não previdenciais	10.367	9.213	12,53
(+/-) Fundos Administrativos	9.819	8.639	13,66
(+/-) Fundos dos Investimentos	548	574	(4,53)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A **DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO** de Benefícios (DOAP) evidencia as alterações do patrimônio de cobertura do plano e discrimina o saldo do patrimônio de cobertura do plano no início do exercício; saldos detalhados das provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir e saldos detalhados do equilíbrio técnico, em resultados realizados e resultados a realizar.

DOAP - Plano Básico

(Em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	Variacão (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	508.986	495.996	2,62
1. Provisões Matemáticas	409.840	387.494	5,77
1.1. Benefícios Concedidos	385.609	367.405	4,95
Benefício Definido	385.609	367.405	4,95
1.2. Benefício a Conceder	24.231	20.089	20,62
Benefício Definido	24.231	20.089	20,62
2. Equilíbrio Técnico	99.146	108.502	-8,62
2.1. Resultados Realizados	99.146	108.502	-8,62
Superávit Técnico Acumulado	99.146	108.502	-8,62
Reserva de Contingência	99.146	96.873	2,35
Reserva para Revisão de Plano	0	11.629	-100,00

DOAP - Plano Misto

(Em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	203.539	191.875	6,08
1. Provisões Matemáticas	179.858	173.249	3,81
1.1. Benefícios Concedidos	39.062	38.879	0,47
Benefício Definido	39.062	38.879	0,47
1.2. Benefício a Conceder	140.796	134.370	4,78
1.2.1 Contribuição Definida	100.500	96.553	4,09
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	14.320	13.420	6,71
Saldo de Contas - Parcela Participantes	86.180	83.133	3,67
1.2.2 Benefício Definido	40.296	37.817	6,56
2. Equilíbrio Técnico	23.681	18.626	27,14
2.1. Resultados Realizados	23.681	18.626	27,14
Superávit Técnico Acumulado	23.681	18.626	27,14
Reserva de Contingência	23.681	18.626	27,14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

▶ DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

(Em R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.638	7.643	13,02
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.029	3.375	19,38
1.1. Receitas	4.029	3.375	19,38
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	826	896	-7,81
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.227	1.000	122,70
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	48	0	100,00
Resultado Positivo dos Investimentos	752	1.423	-47,15
Outras Receitas	176	56	214,29
2. Despesas Administrativas	2.848	2.380	19,66
2.1. Administração Previdencial	1.803	1.366	31,99
Pessoal e Encargos	889	684	29,97
Treinamento/congressos e seminários	37	0	100,00
Viagens e estadias	53	0	100,00
Serviços de terceiros	378	185	104,32
Despesas gerais	414	474	-12,66
Depreciações e amortizações	32	23	39,13
2.2. Administração dos Investimentos	1.045	1.000	4,50
Pessoal e encargos	550	570	-3,51
Treinamento/congressos e seminários	23	0	100,00
Viagens e estadias	38	0	100,00
Serviços de terceiros	150	64	134,38
Treinamento/congressos e seminários	268	351	-23,65
Viagens e estadias	16	15	6,67
2.4. Outras Despesas	0	14	-100,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	1.181	995	18,69
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.181	995	18,69
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	9.819	8.638	13,67

► Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (valores apresentados em milhares de reais)

1 – Contexto Operacional

A FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES, Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, amparada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3762, de 20/05/86, do Ministério da Previdência Social – MPS, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – Baneb, e da BASES, enquanto Patrocinadores de Plano de Benefício da Entidade.

A BASES administra os seguintes Planos de Benefícios Previdenciários: o Plano Básico de Benefícios Definido (BD) - CNPB – 19860002-65 e Plano Misto (PM nº001) CNPB – 19980037-11.

Os recursos dos Planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocina- dos, bem como pelos rendimentos financeiros auferidos, com o foco na valorização dos seus ativos, visando acumulação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, necessários para cumprir suas obrigações regulamentares, obedecendo às normas da legislação pertinente.

2 – Apresentações das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e nor- mas específicas às entidades fechadas de previdência complementar, conforme Resoluções/CGPC n.º 28, de 26/01/2009; nº 29, de 31/08/2009 e Instrução/SPC nº 34, de 24/09/2009; bem assim, a Resolução CFC nº 1.272, de 22/01/2010.

3 – Principais práticas contábeis.

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações podem ser resumidos como explic- itado a seguir:

Balanco Patrimonial Consolidado: Evidencia a demonstração da posição patrimonial e financeira dos planos administrados pela Entidade até uma determinada data.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada: Evidencia as alterações do ativo líquido consolidado no exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios: Evidencia as alterações do ativo líquido de cada plano no exercício.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício: Destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais de cada plano de benefício no exercício.

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios: Destina-se a evidenciar as alterações do patrimônio de cobertura de cada plano.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada: Explicita a atividade administrativa da Entidade e evidencia as alterações do fundo administrativo.

4 - Apuração do resultado

O resultado é escriturado e apurado pelo regime de competência.

5 - Realizável - Gestão Previdencial

Representa os valores a receber dos patrocinadores, participantes e assistidos, relativos às contribuições mensais, bem como depósitos recursais de processos judiciais em tramitação.

6 - Realizável - Gestão Administrativa

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativo ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

7 - Realizável - Investimentos

Os ativos dos Planos de Benefícios da Entidade são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

7.1 - Composição consolidada da carteira de investimentos:

Discriminação	Saldo em 2010	Saldo em 2009
Créditos Privados e Depósitos	33.449	22.008
Certificados de Depósitos Bancários	33.449	22.008
Fundos de Investimentos	648.848	633.308
Fundos FI Multimercados	648.848	633.308
Ações em carteira	1.863	1.860
Mercado a vista	1.863	1.860
Investimentos Imobiliários	29.876	30.714
Terreno	0	5
Edificações Locadas a Patrocinadoras	14.753	14.987
Edificações Locadas a Terceiros	7.895	7.929
Participações em Shopping Center	1.640	1.671
Participações em Complexo Hoteleiro	5.588	5.715
Empréstimos	11.781	12.163
Empréstimos a Participantes	11.781	12.163
Total da Carteira Investimentos	725.817	700.053

7.2 – Renda Fixa:

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa são representados por CDB – Certificado de Depósito Bancário e por Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros de Renda Fixa (FI) administrados por Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contabilizados pelo valor líquido da cota diária apurada e acumulada até o último dia útil do mês, em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Conforme o disposto nas Resoluções CGPC nºs 04 e 08, de 30/01/2002 e 19/06/2002, respectivamente, os títulos e valores mobiliários foram adquiridos com o objetivo de serem negociados a qualquer tempo e estão assim distribuídos:

Títulos para Negociação:

Discriminação	2010		2009	
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado
CDB	32.518	33.449	20.685	22.008
Fundos de Renda Fixa	596.937	648.848	461.577	633.308
Total de Títulos de Renda Fixa	629.455	682.297	482.262	655.316

Carteira aberta dos fundos de investimento multimercado:

DESCRÇÃO	CUSTO HISTÓRICO DE AQUISIÇÃO		VALOR DE MERCADO	
	CUSTO HISTÓRICO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO	CUSTO HISTÓRICO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	103.221	106.522	88.855	88.082
TÍTULOS PÚBLICOS	398.989	445.873	298.619	449.801
DEBENTURES	37.065	38.793	35.821	36.620
AÇÕES	9	9	9	13
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	55.164	55.164	53.210	53.210
FIDC'S	2.488	2.488	5.582	5.582
TOTAL	596.937	648.848	481.896	633.308

7.2.1 - Os Títulos de Renda Fixa possuem os seguintes vencimentos:

DESCRÇÃO	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL
ATÉ 3 MESES	347.581	0	347.581
DE 3 À 6 MESES	4.954	0	4.954
DE 6 ATÉ 12 MESES	17.399	0	17.399
ACIMA DE 12 MESES	312.363	0	312.363
TOTAL DE TÍTULOS	682.297	0	682.297

7.3 - Renda Variável - Ações:

Os investimentos em título de renda variável são avaliados pelo valor de mercado, com base na cotação média do último pregão do mês na Bolsa de Valores em que ocorreu o maior volume de negócios. As ações não negociadas em bolsa, por período superior

a seis meses, são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial, o que for menor.

Títulos para Negociação:

DESCRIÇÃO	2010		2009	
	CUSTO HISTÓRICO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO	CUSTO HISTÓRICO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
AÇÕES	2.173	1.863	2.173	1.860

7.4 - Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos de aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens. Vale ressaltar que o Terreno foi vendido em dezembro/2010, tendo um impacto positivo de R\$ 48 no resultado.

7.5 – Empréstimos a Participantes.

Os empréstimos contratados por participantes e assistidos junto à Entidade estão atualizados pelos juros pactuados.

8 – Permanente

Os bens e direitos registrados neste item são demonstrados pelo valor líquido: custo de aquisição já deduzido das respectivas depreciações, pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação vigente.

Neste exercício o imóvel de Uso Próprio foi transferido, por aquisição onerosa, da carteira de Investimentos Imobiliários para o Permanente do Plano de Gestão Administrativo, com depreciação às taxas equivalentes a vida remanescente do bem.

Discriminação	Saldo em 2010	Saldo em 2009	Taxa de Depreciação
BENS MÓVEIS	130	135	
Móveis e Utensílios	11	13	10%
Máquinas e Equipamentos	16	10	10%
Equipamentos de Informática	50	55	20%
Ventiladores e Refrigeradores Ar	19	21	25%
Software	28	32	20%
Sistema de Segurança	6	4	10%
BENS IMÓVEIS	395	0	
Imóvel de Uso Próprio	395	0	Vida útil
Total do Permanente	525	135	

9 – Exigível Operacional

9.1 - Gestão Previdencial:

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes da Entidade, conforme descritas a seguir: R\$2.039, correspon-

dentes a reservas de poupança de ex-participantes dos planos Básico e Misto I, que até então não resgataram seus valores; R\$467, relativos a aposentadorias e pensões a pagar e tributos previdenciais a recolher, bem como, R\$312 a repassar ao PGA, relativo ao custeio administrativo.

9.2 - Gestão Administrativa:

Estão registrados R\$286 de obrigações entre salários e provisões de despesas de pessoal; e R\$120 de impostos e contribuições a recolher e outras exigibilidades do PGA.

10 – Exigível Contingencial

10.1 - Gestão Previdencial,

Constituída das provisões contingenciais, face às demandas judiciais envolvendo a entidade, participantes e seus empregadores e os litígios entre participantes assistidos e a Receita Federal, relativamente ao imposto de renda, conforme quadro abaixo:

Processos Judiciais	Saldo em 2010	Saldo em 2009
Provisão de Demandas Judiciais	1.949	2.356
(-) Depósitos Judiciais	(687)	(1.478)
Provisão IRRF Litígios/Benefícios	586	511
(-) Depósitos Judiciais	(559)	(502)
Totais	1.289	887

11 - Patrimônio Social:

Compreende o total dos compromissos atuarialmente calculados, juntamente com o equilíbrio técnico, somado ao grupo dos fundos existentes nos planos.

10.1 - Patrimônio de Cobertura do Plano:

Registra o total dos compromissos atuariais, somado ao equilíbrio técnico dos planos.

10.1.1 – Provisões Matemáticas:

São determinadas com base em premissas atuariais e representam o valor presente dos compromissos acumulados dos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ativos e assistidos, no encerramento do exercício.

10.1.1.1 - Benefícios concedidos:

Correspondem ao valor atual dos benefícios de prestação continuada a serem pagos aos participantes assistidos e beneficiários.

10.1.1.2 - Benefícios a conceder:

Representam o valor presente líquido dos benefícios futuros a serem concedidos aos participantes ativos, acumulados até a data de encerramento do exercício.

10.2 - Equilíbrio Técnico:

Está representado pelo Superávit Técnico Acumulado, que é constituído da soma da Reserva de Contingência e da Reserva para Revisão do Plano.

A Reserva de Contingência corresponde até 25% do total das Provisões Matemáticas; e a Reserva para Revisão do Plano, ao excedente da Reserva de Contingência, conforme Lei Complementar 109, de 29/05/2001.

10.3 - Composição do Patrimônio de Cobertura dos Planos

É determinado por meio de cálculos atuariais, efetuados pela empresa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., referentes a dezembro de cada exercício, conforme abaixo discriminados:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Plano Básico	2010	2009	
Patrimônio de Cobertura do Plano	508.986	495.996	2,62%
Provisões Matemáticas	409.840	387.494	5,77%
Benefícios Concedidos	385.609	367.405	4,95%
Benefício a Conceder	24.231	20.089	20,62%
Equilíbrio Técnico	99.146	108.502	-8,62%
Reserva de contingência	99.146	108.502	-8,62%

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Plano Misto I	2010	2009	
Patrimônio de Cobertura do Plano	203.539	191.875	6,08%
Provisões Matemáticas	179.858	173.249	3,81%
Benefícios Concedidos	39.062	38.879	0,47%
Benefício a Conceder	140.796	134.370	4,78%
Equilíbrio Técnico	23.681	18.626	27,14%
Reserva de contingência	23.681	18.626	27,14%

Principais características e hipóteses dos planos de benefícios, conforme Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de 2010:

Características do Plano	Plano Básico	Plano Misto I
Modalidade de benefício	Benefício Definido	<u>Contribuição definida</u> – na acumulação da reserva. <u>Benefício Definido</u> - na concessão do benefício vitalício.
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização e Repartição Simples, no que se refere a pecúlio por morte.
Método	Ortodoxo	<u>Individual</u> para benefícios programados e Pecúlio de Invalidez. <u>Ortodoxo</u> para os benefícios de risco. <u>Simples</u> no Pecúlio por morte.
Taxa de juros	INPC + 5% ao ano	IGP-M + 5% ao ano
Projeção de crescimento real de salário	0%	Não aplicável
Hipótese sobre Rotatividade	0%	0%
Tábua de mortalidade geral	AT- 2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 83	AT - 83
Tábua de entrada em invalidez	Light – Forte agravada de 5%	Light - Forte
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Experiência Regional	Experiência regional

11 - Fundos

11.1- Da Gestão Previdencial

11.1.1 - Do Plano Misto I

Fundo de Sobras de Contribuição Patronal – refere-se às contribuições dos Patrocinadores que não puderam ser resgatadas pelos participantes que se desligaram do Plano.

11.2 - Da Gestão Administrativa

Constituído com o resultado positivo entre o custeio da gestão administrativa recebidas dos Planos, acrescida das rentabilidades positivas dos Investimentos do próprio PGA, deduzido das despesas administrativas realizadas.

11.3 – Investimentos

11.3.1 Quitação de Empréstimo

Constituído com a sobretaxa de 0,45% sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura de eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

11.4 - Constituição dos saldos dos fundos:

Discriminação	Saldo em 2010	Saldo em 2009
Gestão Previdencial	158	145
Fundo Previdencial – Plano Misto I	158	145
Gestão Administrativa	9.819	8.638
Fundo Administrativo - PGA	9.819	8.450
Fundo Incentivo Cultural Esportivo e Lazer	0	188
Investimentos	548	574
Fundo de Quitação de Empréstimos	548	574
Total	10.525	9.357

12 - Despesas Administrativas

São registradas, de forma consolidada, no Plano de Gestão Administrativa – PGA, nos termos da Resolução CGPC nº 28, de 31 de agosto de 2009.

13 – Resultados dos Investimentos

É transferido proporcionalmente para os planos de benefícios, de acordo com os recursos de cada um.

14 – Outras Informações

A partir de janeiro de 2010, passou a vigorar a Resolução CGPC nº28, 26/01/2009, que alterou a Planificação Contábil Padrão das EFPC. Dentre as mudanças está a criação do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que segue os tramites editado pela Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009 e as alterações introduzidas pela Instrução/SPC nº34, 24/09/2009. O PGA passou a ter Regulamento próprio, com os critérios e limites do custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criada através da Lei nº12. 154, de 23/12/2009, com a finalidade de atuar como entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar.

Conforme decisão da Diretoria Executiva em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 28, de 26/01/2009, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as Debêntures não Conversíveis, com vencimento em 01/03/2000, tendo em vista que a Fenicpar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Os investimentos da BASES atingiram, em dezembro/2010, o montante de aproximadamente R\$ 725.817. A carteira da Fundação

Baneb é composta preponderantemente de investimentos no segmento de renda fixa, neste mesmo período a carteira estava distribuída da seguinte forma, 94,00% no segmento de renda fixa, 0,26% no segmento de renda variável, 4,12% no segmento Imobiliário e 1,62% no segmento de empréstimos a participantes.

A rentabilidade do Plano de Contribuição Definida da BASES, Plano Misto I, no ano de 2010, foi de 9,04%, contra uma necessidade atuarial (IGPM+5% a.a.) de 16,86% no mesmo período, performando abaixo da meta no ano em 6,69%.

Já a rentabilidade do Plano de Benefício Definido da BASES, Plano Básico, no ano de 2010, foi de 9,03%, contra uma necessidade atuarial (INPC+5% a.a.) de 11,76% no mesmo período, performando abaixo da meta no ano em 2,44%.

A rentabilidade foi influenciada negativamente, devido ao repique inflacionário e desempenho mediano do IBOVESPA e o IBX que se valorizaram apenas 1,04% e 2,62%, respectivamente. Impactou negativamente, também, as cotas dos fundos de renda variável, que correspondem a 7,69% do segmento consolidado de renda fixa correspondendo a um saldo de R\$ 55.164.

A BASES sempre procurou maximizar sua rentabilidade, utilizando todos os instrumentos possíveis oferecidos pelo mercado, para a boa condução dos seus negócios, mantendo sempre o seu perfil conservador e buscando a preservação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas.

Em 16/03/2011 foi publicada no D.O.U. a Resolução CNPC nº 01, de 03/03/2011, que faz alterações nas demonstrações contábeis emitidas pela Res. CGPC nº 28 de 26/01/2009.

Ednaldo Moitinho Alves
Presidente

Erenaldo de Sousa Brito
Diretor Adm. Financeiro

Antônio Fernandes de Oliveira
Contador

A **AVALIAÇÃO ATUARIAL** é o estudo técnico desenvolvido por um atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, e tem como objetivo avaliar o plano de custeio do plano de benefícios previdenciário para que este se mantenha equilibrado, garantindo a continuidade do pagamento dos benefícios cobertos pelo regime.

► Parecer Atuarial do Plano Básico

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, em 31/12/2010, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais, com exceção do crescimento real de salário que, em conformidade com o posicionamento apresentado pelos Patrocinadores através de cartas datadas de 01/11/2010, foi considerado igual a 0% (Zero por cento) ao ano, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 99.145.619,21, equivalente a 19,48% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 508.986.025,21.

NOTA 1: O impacto da adoção da taxa de crescimento real de salário de 0% (Zero por cento) ao ano, decorrente do posicionamento dos patrocinadores apresentado nas cartas datadas de 01/11/2010, foi o de uma redução nas Provisões Matemáticas de R\$ 1.705.374,00.

FATO RELEVANTE: Considerando que a previsão por recorrência para o final do exercício de 2010 era de um Superávit Técnico Acumulado superior a 25% do total das Provisões Matemáticas e que, quando do fechamento da folha de benefícios do mês de janeiro de 2011 não se dispunha dos resultados da reavaliação atuarial e do valor efetivo do Patrimônio de Cobertura do Plano, foi mantido o desconto contributivo no referido mês, sem que esse fato tenha causado qualquer comprometimento do Plano continuar a suportar todos os seus compromissos. No entanto, como, com o resultado final da avaliação atuarial do final do exercício de 2010, não mais se registrou Superávit Técnico Acumulado superior a 25% do total das Provisões Matemáticas, foram revertidos os Fundos destinados à redução das contribuições dos Participantes, dos Assistidos e dos Patrocinadores e, neste contexto, a partir da data da assinatura deste DRAA do ano de 2010, não mais estará sendo aplicada qualquer redução contributiva, até que volte a existir as condições estabelecidas na Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008 para a adoção de reduções nas contribuições realizadas a este Plano de Benefícios, em conformidade com o Parecer Atuarial que venha a ser emitido pelo Atuário responsável pelo Plano.

2) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Patrimônio de Cobertura do Plano deste Plano de Benefício Definido (Plano Básico) apresentavam, em 31/12/2010, a seguinte abertura:

• Provisão de Benefício Concedidos	R\$ 385.609.092,00
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 24.231.314,00
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 409.840.406,00
• Superávit Técnico Acumulado.....	R\$ 99.145.619,21 (*1)
• Patrimônio de Cobertura do Plano.....	R\$ 508.986.025,21

(*1): Sendo R\$ 99.145.619,21 correspondente à Reserva de Contingência e sendo R\$ 0,00 correspondente à Reserva Especial para Revisão de Plano.

NOTA 2: A idade média dos participantes ativos deste Plano é de 54 anos.

NOTA 3: Informações da BASES nos dão conta de que não existe saldo devedor de contribuições do Patrocinador, sejam do tipo contribuições contratadas ou do tipo contribuições em atraso, na posição de 31/12/2010.

NOTA 4: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial (exercício de 2010), relativa à parcela que os mesmos fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir de abril de 2011, para o correspondente a 1,89 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

3) A rentabilidade líquida do ano de 2010, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida de dezembro/2009 a dezembro/2010, informada pela BASES, foi de 9,03% (*1), o que corresponde ao INPC do IBGE acumulado de dezembro/2009 a novembro/2010, de 6,08%, acrescido de juros reais equivalentes a mais 2,78% ao ano, ficando

abaixo da rentabilidade real líquida de mais 5% ao ano adotada como expectativa atuarial. Para fins de indexação, o INPC é aplicado com 1 (um) mês de defasagem. A adoção do INPC do IBGE como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice oficial de preços ao consumidor ser historicamente um índice adotado como balizador de reajustes salariais.

$$(*1): \left[\frac{3,11597860}{2,85801391} - 1 \right] \cdot 100(\%) = 9,03\%$$

4) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico Acumulado, a ser registrado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 99.145.619,21 e como Reserva Especial para a Revisão de Plano no valor de R\$ 0,00, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes / métodos de financiamento referidos no item 1 do presente Parecer Atuarial, tomando por base os dados e as informações contábeis e cadastrais fornecidos pela BASES e julgados lógicos por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial anterior, a qual submetemos à análise da BASES para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

5) A destinação prioritária do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 99.145.619,21 é a de dar cobertura aos desvios desfavoráveis, que possam vir a ocorrer no futuro, em relação às hipóteses atuariais adotadas, especialmente às relativas à projeção da sobrevivência e do retorno dos investimentos, observado o “FATO RELEVANTE” apresentado no item 1 deste Parecer Atuarial.

6) Para fins de abertura dentro do Plano de Contas, vigente desde 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas nas folhas 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação (em R\$):

(A) 2.3.1.1.01.00.00 Benefícios Concedidos	385.609.092,00
(A.1.)2.3.1.1.01.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	385.609.092,00
(A.1.1.) 2.3.1.1.01.02.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	284.647.735,00
(A.1.2.) 2.3.1.1.01.02.02. Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	100.961.357,00
(B) 2.3.1.1.02.00.00 Benefícios a Conceder	24.231.314,00
(B.1.)2.3.1.1.02.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	19.387.998,00
(B.1.1.) 2.3.1.1.02.02.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	20.256.790,00
(B.1.2.) 2.3.1.1.02.02.02. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(568.128,00)
(B.1.3.) 2.3.1.1.02.02.03. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(300.664,00)
(B.2.)2.3.1.1.02.03.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.843.316,00
(B.2.1.) 2.3.1.1.02.03.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	

5.060.381,00(B.2.2.) 2.3.1.1.02.03.02. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(141.925,00)
(B.2.3.) 2.3.1.1.02.03.03. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(75.140,00)
(B.3.)2.3.1.1.02.04.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura	0,00
(B.4.)2.3.1.1.02.05.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
(C) 2.3.1.1.03.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir	(0,00)
(C.1.)2.3.1.1.03.01.00 Serviço Passado	(0,00)
(C.1.1.) 2.3.1.1.03.01.01. Patrocinadores	(0,00)
(C.1.2.) 2.3.1.1.03.01.02. Participantes	(0,00)
(C.2.)2.3.1.1.03.02.00 Déficit Equacionado	(0,00)
(C.2.1.) 2.3.1.1.03.02.01. Patrocinadores	(0,00)
(C.2.2.) 2.3.1.1.03.02.02. Participantes	(0,00)
(C.2.3.) 2.3.1.1.03.02.03. Assistidos	(0,00)
(D) = (A)+(B)+(C) 2.3.1.1.00.00.00 Provisões Matemáticas	409.840.406,00
(E) = (F)-(D) 2.3.1.2.01.01.00 Superávit Técnico Acumulado	99.145.619,21 (*1)
(F) 2.3.1.0.00.00.00 Patrimônio de Cobertura do Plano	508.986.025,21

(*1) Sendo R\$ 99.145.619,21 a ser registrado na sub-conta 2.3.1.2.01.01.01 (Reserva de Contingência) e sendo R\$ 0,00 a ser registrado na sub-conta 2.3.1.2.01.01.02 (Reserva Especial para Revisão de Plano).

► Parecer Atuarial do Plano Misto

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2010, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais, com exceção do crescimento real de salário que, em conformidade com o posicionamento apresentado pelos patrocinadores através de cartas datadas de 01/11/2010 foi considerado igual a 0% (zero por cento) ao ano, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 23.680.866,31, equivalente a 11,63% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 203.538.747,51.

NOTA: O impacto da adoção da taxa de crescimento real de salário de 0% (zero por cento) ao ano, decorrente do posicionamento dos patrocinadores apresentado nas cartas datadas de 01/11/2010, foi de uma redução, nas Provisões Matemáticas, de R\$ 811.035,68.

FATO RELEVANTE: Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos, através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente a diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade

e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já esta incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas, apresenta em 31/12/2010 o seguinte valor, considerando a taxa real de juros/desconto de 5% ao ano e as Tábuas Biométricas iguais as adotadas na avaliação atuarial refletida neste DRAA (que inclui a Mortalidade Geral AT-2000): R\$ 27.765.392,00.

2) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Patrimônio de Cobertura do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da BASES (MISTO Nº 001) apresentavam, em 31/12/2010, a seguinte abertura:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 39.062.211,00
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 140.795.670,20 (*1)
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 179.857.881,20
• Superávit Técnico Acumulado.....	R\$ 23.680.866,31 (*2)
• Patrimônio de Cobertura do Plano.....	R\$ 203.538.747,51

(*1): Desse valor temos: i) R\$ 100.499.873,20 nos foi informado pelo setor contábil da BASES como o Saldo de Contas dos Benefícios Programados do Plano Misto nº 001 que, na fase de acumulação, tem características de contribuição definida; ii) R\$ 4.219.646,00 correspondem à Reserva dos Benefícios Saldados dos participantes transferidos do Plano BÁSICO (Plano Puro de Benefícios Definidos) que optaram por essa cobertura; iii) R\$ 9.406.008,00 correspondem à Provisão Matemática dos benefícios de risco a conceder do Plano Misto nº 001 que tem, tanto na fase de acumulação quanto durante a concessão, características de Benefício Definido; e iv) R\$ 27.765.392,00, avaliados na forma estabelecida no JM/2138/2009, para garantia de manutenção do fator original de conversão em relação à evolução da mortalidade e da taxa real de juros.

(*2): A ser integralmente registrado como Reserva de Contingência por ser inferior a 25% do total das Provisões Matemáticas.

NOTA 1: A idade média dos participantes ativos deste Plano é de 48 anos.

NOTA 2: Informações da área contábil da BASES nos dão conta de que não existe saldo devedor de contribuições de Patrocinador, sejam do tipo contribuições contratadas ou do tipo contribuições em atraso, na posição de 31/12/2010.

NOTA 3: A contribuição dos autopatrocinadores, com base nos resultados da presente avaliação atuarial (do exercício de 2010), relativa à parcela que os mesmos fazem relativamente à parte do Patrocinador, a partir de abril de 2011 e até março de 2012, será feita da seguinte forma:

- i) Se, $0,617\% + 1,699\% = 2,316\%$ do Salário Real de Contribuição, for inferior à parte da contribuição relativa ao participante, a parte da contribuição patronal corresponderá a $2,316\% + 1,084\% = 3,400\%$ do Salário Real de Contribuição; e
- ii) Se, $0,617\% + 1,699\% = 2,316\%$ do Salário Real de Contribuição, for superior à parte da contribuição relativa ao

participante, a parte da contribuição patronal corresponderá a um valor igual à do participante acrescido de 31,88% de 3,400% = 1,084% do Salário Real de Contribuição.

3) A destinação das contribuições da Patrocinadora, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está em vigente até que uma reavaliação atuarial indicar a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 31,88% (trinta e um, oitenta e oito por cento) das contribuições das Patrocinadoras, se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $[(15\% \cdot 7,224\% \cdot 3,40\%)];$
- 18,15% (dezoito, quinze por cento) das contribuições das Patrocinadoras, se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $[(0,496\% + 0,121\%) \cdot 3,400\%];$
- 49,97% (quarenta e nove, noventa e sete por cento) das contribuições das Patrocinadoras, se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $[(5,523\% - 3,824\%) \cdot 3,400\%].$

4) A rentabilidade líquida do ano de 2010, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida de dezembro/2009 a dezembro/2010, informada pela BASES, foi de 9,04% (*1), o que corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2009 a novembro/2010 de 10,27% acrescido de juros reais equivalentes a menos 1,12% ao ano, ficando abaixo da rentabilidade real líquida de mais 5% ao ano adotada como expectativa atuarial. O indexador IGP-M da FGV é aplicado com 1 (um) mês de defasagem. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

$$(*1): \left[\frac{6,40734288}{5,87597238} - 1 \right] \cdot 100(\%) = 9,04$$

5) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico, integralmente registrado como Reserva de Contingência, nos termos da legislação aplicável, por ser inferior a 25% do total das Provisões Matemáticas, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes financeiros / métodos de financiamento referidos no item 1 do presente Parecer Atuarial, tomando por base os dados e as informações contábeis e cadastrais fornecidos pela BASES e julgados lógicos por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial anterior, a qual submetemos à análise da BASES para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

6) A destinação prioritária do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 23.680.866,31, devidamente registrado como Reser-

va de Contingência, é o de dar cobertura de desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas à mortalidade (sobrevivência) e ao retorno dos investimentos.

7) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas vigente desde 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação (em R\$):

(A) 2.3.1.1.01.00.00 Benefícios Concedidos	39.062.211,00
(A.1.)2.3.1.1.01.01.00 Contribuição Definida	0,00
(A.1.1.) 2.3.1.1.01.01.01. Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
(A.2.)2.3.1.1.01.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	39.062.211,00
(A.2.1.) 2.3.1.1.01.02.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	7.920.678,00
(A.2.2.) 2.3.1.1.01.02.02. Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	31.141.533,00
(B) 2.3.1.1.02.00.00 Benefícios a Conceder	140.795.670,20
(B.1.)2.3.1.1.02.01.00 Contribuição Definida	100.499.873,20
(B.1.1.) 2.3.1.1.02.01.01. Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores	14.319.696,66
(B.1.2.) 2.3.1.1.02.01.02. Saldo de Contas – Parcela Participantes	86.180.176,54
(B.1.)2.3.1.1.02.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	31.985.038,00
(B.1.1.) 2.3.1.1.02.02.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	31.985.038,00
(B.1.2.) 2.3.1.1.02.02.02. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(0,00)
(B.1.3.) 2.3.1.1.02.02.03. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,00)
(B.2.)2.3.1.1.02.03.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	8.310.759,00
(B.2.1.) 2.3.1.1.02.03.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	9.406.008,00
(B.2.2.) 2.3.1.1.02.03.02. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.095.249,00)
(B.2.3.) 2.3.1.1.02.03.03. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,00)
(B.4.)2.3.1.1.02.04.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura	0,00
(B.5.)2.3.1.1.02.05.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
(C) 2.3.1.1.03.00.00 Provisão Matemática a Constituir	(0,00)
(D)=(A)+(B)+(C) 2.3.1.1.00.00.00 Provisões Matemáticas	179.857.881,20
(E)=(F)-(D) 2.3.1.2.01.01.00 Superávit Técnico Acumulado	23.680.866,31
(F) 2.3.1.0.00.00.00 Patrimônio de Cobertura do Plano	203.538.747,51

► Hipóteses Atuariais dos Planos Básico e Misto

Abaixo listamos hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos planos Básico e Misto, estabelecidas no Parecer Atuarial assinado pelo atuário José Roberto Montello.

DESCRIÇÃO	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO
Taxa Anual de Juros	5%	5%
Tábua de Motalidade Geral	qx da AT-2000	qx da AT-2000
Tábua de Motalidade de Inválidos	$q_x^i - qx$ AT-83	$q_x^i - qx$ AT-83
Tábua de Entrada em Invalidez	ix da LIGHT (FORTE) Agr. de 5%	ix da LIGHT (FORTE)
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Exper. Regional	Exper. Regional
INFORMAÇÕES GERAIS	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO
Quantidade de Participantes Ativos do Sexo Feminino (*1)	74	481
Quantidade de Participantes Ativos do Sexo Masculino (*1)	90	349
Tempo Médio de Contribuição para o Plano	24	22
Saláriode Participação Médio (*1)	3.218,71	3.810,25
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	14	33
Folha de Salário de Participação (*1)	527.867,80	3.162.503,93
Quantidade - Aposentadorias	605	167
Complementação Média – Aposentadorias	2.980,36	1.373,00
Idade Média – Aposentadorias	66	60
Quantidade - Pensões	178	20
Complementação Média - Pensões	1.725,41	906,47

Observações:

Indexador do Plano Básico INPC do IBGE

Indexador do Plano Misto: IGP-M DA FGV

(*1) Nessas estatísticas também estão incluídos os autopatrocinados.

► Relatório dos Auditores Independentes

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES, em 31 de dezembro de 2010, e o resultado consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Salvador, 21 de março de 2011.

HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES

CRC/RS-003688/O-2 F-BA

Nélson Câmara da Silva

Contador CRC/RS-023584/O-8 S-BA

► Pareceres

Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2011, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes e emitir parecer sobre o Balanço Anual, bem como sobre as contas e demais aspectos econômicos-financeiros dos atos da Diretoria Executiva relativas ao exercício findo em 31.12.2010, da ENTIDADE. Assim, com base no acompanhamento, análises procedidas, esclarecimentos apresentados e nos pareceres do Atuário Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 15.02.2011 e dos auditores independentes da HLB Audilink & Cia. Auditores, datado de 21.03.2011, aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis compostas de: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício e Consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de Benefício, Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano de Benefícios, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e respectivas Notas Explicativas, bem como as contas e demais aspectos econ mico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva do exercício findo em 31 de dezembro de 2010; concluindo-se que tais documentos estão aptos a serem apreciados pelo Conselho Deliberativo da Institui o, para fins do previsto no Inciso V do Artigo 52, do Estatuto da Entidade.

Salvador (BA), 25 de março de 2011.

Dirlene Rios da Silva
Presidente

Lauzimar Gomes Lima
Conselheiro

Silvadir Duarte Amazonas Pedroso
Conselheira

Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, alicerçado nos pareceres: do Conselho Fiscal, datado de 25 de março de 2011; dos auditores independentes da HLB Audilink & Cia. Auditores, datado de 21.03.2011; do Atuário da empresa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, datado de 15 de fevereiro de 2011, manifestou pela aprova o das Demonstra es Contábeis e presta o de contas do exercício de 2010, apresentadas pela Diretoria Executiva da BASES, nos termos do artigo 38, inciso - V, do Estatuto desta Entidade.

Salvador (BA), 28 de março de 2011.

José Aziz Raimundo Filho
Presidente

Frederico Sidney Vaz Porto Cox
Conselheiro

Vanise Vieira do Nascimento
Conselheira

Ant nio Alberto Pinto Brandão de Souza
Presidente

Sandra Maria Galvão Oliveira
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Ednaldo Moitinho Alves

Diretor Administrativo e Financeiro

Erenaldo de Sousa Brito

Diretor de Seguridade

Ednaldo Moitinho Alves

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

José Aziz Raimundo Filho - Presidente

Ezequiel dos Anjos

Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza

Frederico Sidney Vaz Porto Cox

Vanise Vieira do Nascimento

SUPLENTES

Sandra Maria Galvão Oliveira

Luiz Edmundo da Silva Argolo

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Dirlene Rios da Silva - Presidente

Lauzimar Gomes Lima

Silvadir Duarte Amazonas Pedroso

SUPLENTES

Marlene de Jesus Nascimento

Anderson Souza Ramos

Odeval Fonseca Araújo



Fundação Baneb de Seguridade Social - BASES

Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar - Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador - BA

Site: www.fundacaobaneb.com.br Twitter: @fundacaobaneb

e-mails: bases@fundacaobaneb.com.br

comunicacao@fundacaobaneb.com.br